

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2026

MODALIDADE	PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL
AUTUAÇÃO	2418/2025
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO
ÓRGÃO LICITANTE	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
OBJETO	OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza e Copa e Cozinha, para serem utilizadas na manutenção diária das Secretarias e repartições pública municipal, conforme especificação e quantidades discriminadas no Termo de Referência–Anexo I deste Instrumento.
LEGISLAÇÃO APLICADA	CF/1988, Art. 37; Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto Municipal nº 44/2025, de 14 de janeiro de 2025, e demais legislações aplicáveis, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
RETIRADA DO EDITAL	https://corumbaiba.megasofttransparencia.com.br/contratos-convenios-e-licitacoes/procedimentos-licitatorios?tipoDeConsultaDeModalidade=1
E-MAIL	licitacaopmcorumbaiba1@hotmail.com
TELEFONE	(64) 99279-0878
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRA	Tânia Aparecida dos Santos
DA SESSÃO PARA O RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E ABERTURA DAS PROPOSTAS	
LOCAL	Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Corumbáiba, com endereço à Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO
DATA E HORÁRIO	05 DE MARÇO DE 2026, ÀS 08HS00MIN.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 7.403.917,17 (sete milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e dezessete reais e dezessete centavos).

O MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA - GO – GOIÁS, CNPJ nº 01.302.603/0001-00, por intermédio das por intermédio da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, usando da competência atribuída pelo Decreto Municipal Nº 128/2025, torna público aos interessados, que estará realizando no dia, hora e local discriminado na capa deste EDITAL, sessão pública referente ao Pregão Presencial nº 02/2026, que será regida em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 44/2025 de 14 de janeiro de 2025 e demais legislações pertinentes, objetivando a aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza e Copa e Cozinha, para serem utilizadas na manutenção diária das Secretarias e repartições pública municipal., de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.

A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes. A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 prevê um prazo de até 06 (seis) anos os Municípios de até 20.000 habitantes se adequarem à forma eletrônica. Visto que a administração de Corumbáiba está se adequando a nova lei e capacitando seus agentes para melhor cumpri-la.

A Lei n.º 14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

O caderno de licitações composto de EDITAL e ANEXOS poderá ser adquirido através do link “licitações” do *web site* oficial do Município (<https://corumbaiba.megasofttransparencia.com.br/contratos-convenios-e-licitacoes/procedimentos-licitatorios?tipoDeConsultaDeModalidade=1>). Quaisquer informações poderão ser obtidas através do email: licitacaopmcorumbaiba1@hotmail.com.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na Rua Simon Bolivar nº 58, Centro, no município de Corumbáiba/GO, com credenciamento das empresas, abertura das propostas e, posteriormente serão realizadas as etapas de lances, conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Não havendo expediente na Prefeitura de Corumbáiba/GO ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

01. DO OBJETO E DEFINIÇÕES

1.1 A presente licitação tem por objeto registrar em Ata os preços de itens relacionados no Termo de Referência anexo ao presente Edital, ofertado pelos licitantes vencedores a serem adquiridos pelas Secretarias Municipais de Corumbáiba/GO no período de 12 (doze) meses consecutivos a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante requisições expedidas por autoridade competente, conforme a necessidade e interesse público.

1.2 O objeto que se refere o subitem 1.1 é a contratação de empresa para aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza e Copa e Cozinha, para serem utilizadas na manutenção diária das Secretarias e repartições pública municipal., conforme discriminações e quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.

1.3 Os produtos constantes na presente licitação deverão atender as exigências de qualidade observando os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, nos termos da lei 14.133/2021

1.4. O Município de Corumbáiba não estará obrigado a adquirir a quantidade total estimada, podendo a aquisição ser integral ou parcial.

02. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar desta Licitação, pessoas jurídicas, legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame com objeto social pertinente e compatível com o certame, e que atenderem todas às exigências deste Edital e seus Anexos.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6 É vedada a participação na presente licitação de empresas:

I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

III- empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IV - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII - agente público do órgão ou entidade licitante;

IX - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

X- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

XI- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

XII - O impedimento de que trata o item IV será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

XIII- A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens II e III poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

XIV- Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

XV - O disposto nos itens II e III não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

XVI- Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

XVII- A vedação de que trata o item VIII estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

03. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio PRESENCIAL oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaopmcorumbaiba1@hotmail.com, ou protocolizadas na sede da Prefeitura Municipal de Corumbáiba – GO.

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

04. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo e o conteúdo deste Edital.

4.2 O representante a ser credenciado deverá ser distinto para cada licitante e comparecerá à sessão, com poderes para ofertar lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente.

4.3. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos, pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga;

4.4. ausência do representante em qualquer momento da sessão importará na perda do direito de voz e prática dos demais atos, considerando apenas os documentos e valores já apresentados até aquele momento, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

4.5 DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CREDENCIAMENTO

I. Estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

II. Cópia de documento oficial de identificação que contenha foto dos **Sócios Administradores da Empresa**.

III. Cópia de documento oficial de identificação que contenha foto do **Procurador presente na Sessão**.

IV. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

V. Para fins de comprovação da condição de Micro ou Pequena Empresa, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no Artigo 3º da Lei Complementar 123-2006, as licitantes deverão **apresentar Certidão Simplificada da junta comercial**, emitida a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas no edital;

VI - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, da Proposta e dos Documentos de Habilitação, de acordo com modelo estabelecido no edital

XII - Declaração da Condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;

4.6 A falta ou incorreção dos documentos mencionados no subitem 4.5, não implicará na exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o pretendo representante de se manifestar no oferecimento de lances verbais e nas demais fases do procedimento licitatório. Nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.7 Na fase de Credenciamento o Representante Legal ou Procurador presente na sessão deverá ter os documentos exigidos no “**Item 4.5 DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CREDENCIAMENTO**” em mãos e fora do envelope, sendo estes entregues ao Pregoeiro quando solicitado, não devendo ser protocolados.

05. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, separadamente, em 2 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

PREGÃO PRESENCIAL- Nº __/20__
MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA /GO
ENVELOPE “01”
PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ:
ENDEREÇO:
FONE/FAX:
EMAIL:

PREGÃO PRESENCIAL Nº __/20__
MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA/GO
ENVELOPE “02”
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
CNPJ:
ENDEREÇO:
FONE/FAX:
EMAIL:

3447-7000

Simon Bolívar, Nº 58 - Centro

5.2 A ausência dos dizeres na parte externa não constituirá motivo para desclassificação do licitante, que poderá inserir as informações faltantes.

5.3 Caso ocorra a abertura do envelope nº 02 (Documentos de Habilitação) antes do envelope nº 01 (Proposta de Preços), por falta de informação na parte externa dos envelopes, será aquele novamente lacrado sem análise do seu conteúdo e rubricado por todos os presentes.

06. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE 01

6.1 Na Proposta de Preço deverá:

I. Constar **01 (uma) via impressa** em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigido com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente.

a) A empresa proponente deverá especificar na proposta de preços cada produto, material ou insumo, marca, distribuidora, especificação detalhada dos materiais ofertados e demais elementos indispensáveis a sua caracterização e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

b) Nome, endereço, CNPJ e inscrição Estadual/Municipal, telefone, e endereço PRESENCIAL (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento);

c) Número do processo e deste Pregão;

d) Nome completo do responsável pela assinatura do contrato, profissão, número do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

e) Os preços unitários e totais deverão estar em moeda nacional (R\$), com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula, e em caso de divergência entre os preços unitários e totais, prevalecerá os preços unitários.

f) As propostas e lances com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, serão automaticamente arredondados pelo Pregoeiro.

g) Deverá ser apresentada pela licitante proponente, junto à proposta física, proposta por meio magnético (Pen drive) este fora do envelope a fim de melhorar e agilizar a sessão de pregão (A não entrega de proposta através de mídia, se este estiver incompleto, ou não for possível efetivar a leitura dos dados, implicará na DESCLASSIFICAÇÃO da proponente). A planilha para proposta estará disponível no site do Município de Corumbáiba podendo ser acessada através do seguinte link: “licitações” do web site oficial do Município (<https://corumbaiba.megasofttransparencia.com.br/contratos-convenios-e-licitacoes/procedimentos-licitatorios?tipoDeConsultaDeModalidade=1>)> devendo ser preenchida corretamente, em estado original, obedecendo literalmente a ordem cronológica dos itens.

h) Havendo divergência entre a especificação do objeto na planilha eletrônica e do Edital, prevalecerá a especificação constante no Edital, uma vez que a planilha tem por objetivo a agilidade do procedimento e não de especificar o objeto.

II. Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

a) Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta de preços o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

III. A licitante deverá indicar os valores unitários e globais para os produtos, já inclusos todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao objeto.

IV. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

6.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a desconto e/ou preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais.

6.3 Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação. Havendo divergência entre os valores prevalecerá menor valor. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

6.4 Não serão admitidas posteriormente, alegações ou enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos ou indenizações de qualquer natureza.

6.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou ainda os manifestamente inexequíveis comparados aos preços de mercado.

6.6 Após a entrega dos envelopes para participação da licitação o representante da licitante deve manter-se em silêncio, manifestando-se somente nos respectivos lances ou por questão de ordem, sob pena de desclassificação.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

07. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES

7.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de julgamento **menor preço por item** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de qualidade.

7.2 Para efeito de **oferecimento de lances verbais**, o Pregoeiro selecionará, sempre com base na classificação preliminar as proponentes que tenham apresentado as propostas de menor preço por item, em valores sucessivos àquela de menor valor.

7.3 Caso não seja verificado no mínimo 03 (três) propostas escritas nas condições estabelecidas neste edital, serão classificadas as melhores propostas subseqüentes até o máximo de 03 (três) propostas.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital, salvo erros formais e/ ou materiais justificados pelos licitantes e aceitos pelo Pregoeiro.

7.6. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado na capa do edital.

7.7. Será adotado para o envio de lances no pregão o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos

7.7.1. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.7.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.7.3. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.7.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.7, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.7.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida no item anterior, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.7.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.7.4. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.11. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.11.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.11.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada.

7.11.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.11.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.12.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.12.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- 7.12.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.12.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.13. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.13.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Goiás – GO, em um raio de até 200 km do Município de Corumbáiba;
- 7.13.2. empresas brasileiras;
- 7.13.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.13.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.15. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.16. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.17. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.19. Em caso de necessidade poderá ser solicitada amostra dos produtos por parte do Pregoeiro, para a licitante que ofertar o menor preço, para análise e emissão de parecer, sendo que esta ocorrerá após o término da fase de lances e a licitante deverá apresentá-las em prazo não superior a 3 (três) dias a contar da data da solicitação juntamente com a documentação de habilitação, na sede da Prefeitura, sob pena de desclassificação;
- 7.20. Se a amostra for aceita, a (o) Pregoeira (o) declarará o licitante vencedor adjudicando-lhe o objeto, se este tiver cumprido os requisitos de habilitação.

08. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02

8.1 O Envelope **Documentos de Habilitação** deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

I. QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (contrato e última alteração) e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, expedido pelo Registro do Comércio ou Junta Comercial.

b) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das Pessoas Jurídicas).

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1) Os documentos relacionados nas Alíneas "a" à "d" deste Inciso não precisarão constar do Envelope 02 - "Documentos de Habilitação", caso tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

II. QUANTO À REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal/INSS** (Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União).
- d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**.
- e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos Municipais) da sede da firma interessada, mediante Certidão Negativa expedida pelo Município, ou outra equivalente na forma da Lei, com prazo de validade em vigor.
- f) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, através do Certificado de Regularidade ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes.
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, ou seja, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e da Lei Federal nº 12.440, de 2011.

1) Os documentos extraídos por via Internet terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

III. QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

- a) **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com data de emissão de, no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à sessão pública de processamento deste certame, ou dentro do prazo de validade constante no documento, ou Certidão de Ações Cíveis, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da sede da licitante, onde não apresente ações citadas de falência ou recuperação judicial. (Comarca da sede da licitante ou todas as Comarcas).
- b) **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos anos de exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de três meses da data da apresentação da proposta, ressalvada a hipótese do § 6º do artigo 69 da lei 14.133/2021;
- c) O balanço patrimonial deverá estar assinado por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- d) Caso seja necessário à atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, ainda, o memorial de cálculo correspondente.
- e) Caso a empresa tenha menos de 01 (um) ano de atividade deverá apresentar declaração que ateste esta situação, sendo dispensada da apresentação do balanço patrimonial e demonstração contábil previsto pelo item "C" deste edital.
- f) A comprovação da boa situação financeira da empresa será realizada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), o qual deve ser igual ou maior que 0,50, utilizando-se as seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG =
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

LC =
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

g) O Microempreendedor Individual com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é considerado pequeno empresário, pelo qual faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis em observância ao §2º do art. 1.179, do Código Civil.”

V. QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) **Atestado de Capacidade Técnica** para comprovação de aptidão para fornecimento dos objetos desta licitação, através de atestado fornecido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, para a qual a interessada já tenha fornecido objetos de natureza compatível com o objeto desta licitação.

V- OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- a- À declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021; (Modelo em ANEXO III).
- b- Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição Federal, conforme inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021. (Modelo em ANEXO II).
- c- À declaração de idoneidade da pessoa jurídica, estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração: i) que até a presente data não há qualquer fato impeditivo à sua habilitação; ii) que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; e iii) que se compromete a informar a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do Contrato. (Modelo em ANEXO IV).
- d- À declaração de Proposta Independente; (Modelo em ANEXO VI).
- e- À declaração conjunta de Responsabilidade; (Modelo em ANEXO VII).

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

9.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, estas serão consideradas vencidas 60 (sessenta) dias após sua emissão.

9.2 Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos mencionados neste Capítulo, nem cópias ilegíveis.

9.3 Serão inabilitadas os licitantes que apresentarem em desacordo os documentos necessários à habilitação, bem como as empresas que estiverem sob processo de falência e as que estiverem cumprindo as penalidades previstas nos Incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, caput da Lei Complementar nº 123, de 2006).

9.5 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização

da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

I. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 9.5, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao Município de Corumbáiba/GO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato de Fornecimento, ou considerar o item como fracassado.

9.6 Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.7 Ressaltamos que o objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

9.8. A aceitação dos documentos obtidos via Internet ficará condicionada à confirmação de sua validade pelo Pregoeiro, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade.

9.9. As Licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope de habilitação, ou os que apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Pregão ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior, ressalvados os casos estabelecidos na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações.

9.10. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com o nº do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

9.10.1. Se, o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o nº do CNPJ da matriz, ou;

9.10.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta da Receita Federal, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto a Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório para a centralização.

9.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

10.7 A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada de pleno direito:

I. Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- a) A Licitante não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Licitante não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Licitante der causa a revogação e/ou cancelamento administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;
- f) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- g) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Fornecedora;
- h) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora.

II. Pela Licitante quando:

- a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- b) A solicitação da Licitante para cancelamento do preço registrado deverá ocorrer antes do pedido de fornecimento pela contratante;
- c) A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na Ata de Registro de Preços enseja o cancelamento do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa.

10.8 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 44/2025.

11. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

11.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na lei 14.133/2021

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado,

a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.4. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.5. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

- 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1. advertência;
 - 13.2.1. multa;
 - 13.2.1. impedimento de licitar e contratar e
 - 13.2.1. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial, a ser definida pelo gestor em processo administrativo.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afetas aos órgãos do Município de Corumbáiba/GO, a saber:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Man. Conselho Tutelar	8.243.0111.2.093.3.3.90.30-22
Man. Conselho Tutelar	8.243.0111.2.093.3.3.90.30-19
Man. Conselho Tutelar	8.243.0111.2.093.3.3.90.30-07
Man. Casa de velório	8.244.0033.2.088.3.3.90.30-22
Man. Casa de velório	8.244.00332.2088.3.3.90.30-21
Man. Casa de velório	8.244.00332.2088.3.3.90.30-19
Man. Casa de velório	8.244.00332.2088.3.3.90.30-07
Man. Das Ativ. Administrativas	4.122.0003.2.005.3.3.90.30-22
Man. Das Ativ. Administrativas	4.122.0003.2.005.3.3.90.30-21
Man. Das Ativ. Administrativas	4.122.0003.2.005.3.3.90.30-19
Man. Das Ativ. Administrativas	4.122.0003.2.005.3.3.90.30-07
Apoio a Segurança Pública	6.181.0006.2.015.3.3.90.30-22
Apoio a Segurança Pública	6.181.0006.2.015.3.3.90.30-19
Apoio a Segurança Pública	6.181.0006.2.015.3.3.90.30-07
Man. Das Ativ. Do Gabinete do Prefeito	4.122.0005.2.004.3.3.90.30-19
Man. Das Ativ. Do Gabinete do Prefeito	4.122.0005.2.004.3.3.90.30-07
Man. Dos Serv. Limpeza Pública	15.452.0022.2.047.3.3.90.30-22
Man. Dos Serv. Limpeza Pública	15.452.0022.2.047.3.3.90.30-19
Man. Dos Serv. Limpeza Pública	15.452.0022.2.047.3.3.90.30-07
Man. Das Ativ. Da Sec. De Transporte	26.781.0126.2.058.3.3.90.30-22
Man. Das Ativ. Da Sec. De Transporte	26.781.0126.2.058.3.3.90.30-19
Man. Serv. Limpeza Pública	15.452.0022.2.047.3.3.90.30-21
Man. De Estradas Vicinais	26.782.0126.2.074.3.3.90.30-19
Man. De Estradas Vicinais	26.782.0126.2.074.3.3.90.30-07
Man. De Vias Urbanas	15.452.0022.2.048.3.3.90.30-19
Man. De Vias Urbanas	15.452.0022.2.048.3.3.90.30-07
Man. Da Ativ. Da Sec. Saúde	10.122.0306.2.099.3.3.90.30-07
Man. Da Ativ. Da Sec. Saúde	10.122.0306.2.099.3.3.90.30-22
Man. Da Ativ. Da Sec. Saúde	10.122.0306.2.099.3.3.90.30-19
Man. Da Ativ. Da Sec. Saúde	10.122.0306.2.099.3.3.90.30-21
Man. Und. Estratégia Saúde da Família – ESF	10.307.0014.2.108.3.3.90.30-22
Man. Und. Estratégia Saúde da Família – ESF	10.307.0014.2.108.3.3.90.30-21
Man. Und. Estratégia Saúde da Família – ESF	10.307.0014.2.108.3.3.90.30-19
Man. Und. Estratégia Saúde da Família – ESF	10.307.0014.2.108.3.3.90.30-07
Man. Do Hospital Municipal	10.302.0014.2.120.3.3.90.30-22
Man. Do Hospital Municipal	10.302.0014.2.120.3.3.90.30-21
Man. Do Hospital Municipal	10.302.0014.2.120.3.3.90.30-19
Man. Do Hospital Municipal	10.302.0014.2.120.3.3.90.30-07
Man. Da Ativ. Do SAMU	10.302.0302.2.304.3.3.90.30-22
Man. Da Ativ. Do SAMU	10.302.0302.2.304.3.3.90.30-21
Man. Da Ativ. Do SAMU	10.302.0302.2.304.3.3.90.30-07
Man. Da Ativ. Do SAMU	10.302.0302.2.304.3.3.90.30-19

Man. Farmácia do Cidadão	10.303.0014.2.133.3.3.90.30-22
Man. Farmácia do Cidadão	10.303.0014.2.133.3.3.90.30-21
Man. Farmácia do Cidadão	10.303.0014.2.133.3.3.90.30-19
Man. Farmácia do Cidadão	10.303.0014.2.133.3.3.90.30-07
Man. Serv. Vigilância em Saúde	10.305.0305.2.302.3.3.90.30-22
Man. Serv. Vigilância em Saúde	10.305.0305.2.302.3.3.90.30-21
Man. Serv. Vigilância em Saúde	10.305.0305.2.302.3.3.90.30-07
Man. E Ref. Do Lar Dona Chiquinha	8.104.0007.2.095.3.3.90.30-22
Man. E Ref. Do Lar Dona Chiquinha	8.104.0007.2.095.3.3.90.30-19
Man. E Ref. Do Lar Dona Chiquinha	8.104.0007.2.095.3.3.90.30-21
Man. E Ref. Do Lar Dona Chiquinha	8.104.0007.2.095.3.3.90.30-07
Ativ. Apoio a Pessoa Idosa	8.241.0007.2.027.3.3.90.30-22
Ativ. Apoio a Pessoa Idosa	8.241.0007.2.027.3.3.90.30-07
Ativ. Apoio a Pessoa Idosa	8.241.0007.2.027.3.3.90.30-21
Manutenção de SCFV	8.102.0007.2.016.3.3.90.30-22
Manutenção de SCFV	8.102.0007.2.016.3.3.90.30-07
Man. E Amp. Dos Serv. Ofertados no CREAS	8.103.0007.2.072.3.3.90.30-22
Man. E Amp. Dos Serv. Ofertados no CREAS	8.103.0007.2.072.3.3.90.30-21
Man. E Amp. Dos Serv. Ofertados no CREAS	8.103.0007.2.072.3.3.90.30-19
Man. E Amp. Dos Serv. Ofertados no CREAS	8.103.0007.2.072.3.3.90.30-07
Man. E Ampl. Serv. Ofertados no CRAS	8.102.0007.2.092.3.3.90.30-22
Man. E Ampl. Serv. Ofertados no CRAS	8.102.0007.2.092.3.3.90.30-21
Man. E Ampl. Serv. Ofertados no CRAS	8.102.0007.2.092.3.3.90.30-07
Man. E Ampl. Serv. Ofertados no CRAS	8.102.0007.2.092.3.3.90.30-19
Man. Gestão IGD SUAS e IGD PAB	8.244.0010.2.025.3.3.90.30-22
Man. Gestão IGD SUAS e IGD PAB	8.244.0010.2.025.3.3.90.30-21
Man. Gestão IGD SUAS e IGD PAB	8.244.0010.2.025.3.3.90.30-19
Man. Gestão IGD SUAS e IGD PAB	8.244.0010.2.025.3.3.90.30-07
Man. Das Ativ. De Assist. Social	8.244.0010.2.022.3.3.90.30-21
Man. Das Ativ. De Assist. Social	8.244.0010.2.022.3.3.90.30-21
Man. Das Ativ. De Assist. Social	8.244.0010.2.022.3.3.90.30-07
Man. Do Ensino Fundamental	12.361.0017.1.003.3.3.90.30-22
Man. Do Ensino Fundamental	12.361.0017.1.003.3.3.90.30-21
Man. Do Ensino Fundamental	12.361.0017.1.003.3.3.90.30-07
Man. Das Ativ. Das Creches/CEMEI	12.365.0019.1.004.3.3.90.30-21
Man. Das Ativ. Das Creches/CEMEI	12.365.0019.1.004.3.3.90.30-19
Man. Das Ativ. Das Creches/CEMEI	12.365.0019.1.004.3.3.90.30-22
Man. Das Ativ. Das Creches/CEMEI	12.365.0019.1.004.3.3.90.30-07
Apoio ao Ens. Médio	12.362.0017.2.036.3.3.90.30-21
Apoio ao Ens. Médio	12.362.0017.2.036.3.3.90.30-07
Apoio ao Ens. Médio	12.362.0017.2.036.3.3.90.30-22
Manut. do Ens. Especial	12.367.00020.2.039.3.3.90.30-19
Manut. do Ens. Especial	12.367.00020.2.039.3.3.90.30-22
Manut. do Ens. Especial	12.367.00020.2.039.3.3.90.30-07
Manut. do Ens. Especial	12.367.00020.2.039.3.3.90.30-21

15. DO FORNECIMENTO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO

15.1 O fornecimento, prazo, local, recebimento, pagamento e demais informações estão contidas no Termo de Referência Anexo I deste Edital.

16. DAS PENALIDADES

16.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos a Administração poderá sujeitar a Contratada às penalidades seguintes:

I. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Corumbáiba/GO, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155 da Lei 14.133/21.

II. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior na esfera Municipal, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

15.2 Pelo atraso injustificado na execução do ajuste, a Detentora/ Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

16.3 Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

I. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

II. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

III. A Detentora/ Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

16.4 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

16.5 Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. Aos casos omissos deste edital aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

17.5. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

17.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município.

17.7 Esta Licitação será anulada se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento, podendo ser revogada, a juízo exclusivo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao serviço público, sem que caiba direito a qualquer indenização.

17.8 A Administração (Pregoeiro ou à Autoridade a ele superior) poderá em qualquer fase da licitação promover diligência, que a seu exclusivo critério julgar necessária no sentido de obter esclarecimentos ou informações complementares.

17.9 Os documentos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

17.10. Fica eleito o foro da Comarca de Corumbáiba - GO, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato e/ou ata de Registro de Preços, dela decorrente.

17.11 Constituem como parte integrante e complementar do presente Edital, os seguintes elementos:

ANEXO I - Termo De Referência;

ANEXO II - Modelo Declaração De Que Não Emprega Menores;

ANEXO III - Modelo Declaração De Cumprimento Das Exigências De Reserva De Cargos Para Pessoa Com Deficiência E Para Reabilitado Da Previdência Social;

ANEXO IV - Modelo Declaração De Idoneidade;

ANEXO V - Modelo Declaração De Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte;

ANEXO VI - Modelo Declaração De Elaboração Independente De Proposta;

ANEXO VII - Modelo Declaração Conjunta De Responsabilidade;

ANEXO IX - Minuta De Ata de registro de preço;

Corumbáiba/GO, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2026.

TÂNIA APARECIDA DOS SANTOS
Agente de Contratação / Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza e Copa e Cozinha, para serem utilizadas na manutenção diária das Secretarias e repartições pública municipal.

II – JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando que os produtos abaixo especificados (Gêneros Alimentícios, Produtos de Higiene e Limpeza, Copa e Cozinha,) são produtos de consumo rotineiro, ou seja, diariamente a Administração Pública utiliza de tais produtos. Considerando que são itens que são utilizados na alimentação, assim como itens utilizados na manutenção e higiene dos prédios e repartições públicas de responsabilidade do município e que a eventual falta dos materiais poderá acarretar prejuízo na execução dos trabalhos executados pelos Órgãos e Departamentos no exercício de suas respectivas funções institucionais.

3. DAS DESCRIÇÕES

ITEM	PRODUTO	UN	QTDE.	V. UN	V. TOTAL
1	AÇAFRÃO: ARMAZENADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INGREDIENTES.	LT	150	73,73	11.059,50
2	ACHOCOLATADO EM PÓ 700 GR (SUGETÃO: NESCAU/ ITALAC/ TODDY)	UN	600	12,44	7.464,00
3	AÇÚCAR CRISTAL 02 KG (SUGESTÃO:CRISTAL/CRISTAL VALE/ CATALÃO)	PC	400	6,82	2.728,00
4	AÇÚCAR CRISTAL 05 KG (SUGESTÃO:CRISTAL/CRISTAL VALE/CATALÃO)	PC	3000	14,73	44.190,00
5	AÇUCAR REFINADO 01 KG	PC	200	7,19	1.438,00
6	AÇÚCAR REFINADO EM SACHÊ 5 GR COM 400 X 1	CX	100	27,02	2.702,00
7	ADOÇANTE CULINÁRIO EM PÓ 120 GR	UN	200	11,97	2.394,00
8	ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO 100 ML (ZEROCAL, LÍNEA, ADOCYL)	UN	300	8,67	2.601,00
9	ÁGUA MINERAL 1.5 LT 6X1	LT	500	23,10	11.550,00
10	ÁGUA MINERAL 20 LT	GL	500	22,35	11.175,00
11	ÁGUA MINERAL 500 ML SEM GÁS 12X1 (CRYSTAL/MINEIRO OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	FD	800	17,88	14.304,00
12	ÁGUA MINERAL COM GÁS COM 12X1 (CRYSTAL/MINEIRO OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	PC	500	23,64	11.820,00
13	ÁGUA SANITÁRIA COM ALVEJANTE 1 LT (SUGESTÃO:BRILHANTE/SOL/Q-BOA)	UN	4500	4,88	21.960,00
14	ALCOOL EM GEL ANTI-SÉPTICO 440 ML	UN	1500	15,81	23.715,00
15	ALCOOL EM GEL ANTI-SÉPTICO 750 ML	UN	2000	18,02	36.040,00
16	ALCOOL LÍQUIDO DE 70% 1 LT	UN	4000	6,93	27.720,00
17	ALCOOL LÍQUIDO DE 92% 1 LT	UN	3000	8,30	24.900,00
18	ALGODÃO HIDRÓFILO EM ROLO 50 GR	CX	500	5,68	2.840,00
19	ALVEJANTE COM CLORO 1 LT	UN	1200	7,75	9.300,00

20	ALVEJANTE COM CLORO 2 LT	UN	1500	10,32	15.480,00
21	ALVEJANTE SEM CLORO 1 LT	UN	1200	5,24	6.288,00
22	ALVEJANTE SEM CLORO 2 LT	UN	1500	10,07	15.105,00
23	AMACIANTE PARA ROUPAS 2 LT	UN	800	6,95	5.560,00
24	AMEIXA COM CALDA 400 GR PESO DRENADO	UN	300	17,50	5.250,00
25	AMENDOIM 500 GR	PC	500	7,70	3.850,00
26	AMIDO DE MILHO 01 KG	PC	600	9,83	5.898,00
27	AMIDO DE MILHO 500 GR	PC	500	5,84	2.920,00
28	ANILINA LIQUIDA 10ML	UN	300	2,70	810,00
29	APARELHO DE BARBEAR COM 2 X 1	PC	600	6,16	3.696,00
30	ARROZ TIPO 1 LOGO FINO 05 KG (SUGESTÃO:VASCONCELOS/CRISTAL/COCAL MIRI)	PC	4500	25,00	112.500,00
31	ATUM SÓLIDO EM ÓLEO COMESTÍVEL, LATA 170 GR. (GOMES DA COSTA/COQUEIRO OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	500	12,87	6.435,00
32	AVENTAL DE PLASTICO LONGO 0,80 X 1,50	UN	300	21,83	6.549,00
33	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM 500 ML	UN	650	49,72	32.318,00
34	AZEITONA VERDE (500G.)	VD	1500	27,48	41.220,00
35	AZEITONA VERDE EM CONSERVA, SEM CAROÇO , 500 GR (SUGESTÃO: LA VIOLETERA/ZAELLI OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	2000	8,56	17.120,00
36	BACIA PLASTICA REDONDA 15 LT	UN	150	16,11	2.416,50
37	BACIA PLASTICA REDONDA 20 LT	UN	100	34,87	3.487,00
38	BACIA PLASTICA REDONDA 25 LT	UN	100	23,73	2.373,00
39	BACIA PLASTICA REDONDA 40 LT	UN	100	65,15	6.515,00
40	BACIA PLASTICA REDONDA 60 LT	UN	100	47,66	4.766,00
41	BACIA PLASTICA REDONDA 80 LT	UN	50	72,37	3.618,50
42	BACON FATIADO, PRONTO PARA O CONSUMO	KG	1800	36,37	65.466,00
43	BALA DE CAFÉ 500 GR	PC	100	15,62	1.562,00
44	BALA DE DOCE DE LEITE 360 GR	UN	150	27,18	4.077,00
45	BALAS MACIA 500 GR	UN	200	8,35	1.670,00
46	BALDE DE PLASTICO EXTRA 12 LT	UN	400	11,08	4.432,00
47	BALDE PLÁSTICO 10 LT	UN	150	19,06	2.859,00
48	BANDEIJA DE ISOPOR, MEDINDO 21X14X1,8 CM, PACOTE COM 100 UNID. (COPOBRÁS OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	PC	2000	19,53	39.060,00
49	BANDEIJA DE PLASTICO COM BERAL 40 CM	UN	30	9,35	280,50
50	BANDEJA RETANGULAR DE MALÂNINA 40 CM	UN	30	9,45	283,50
51	BANHEIRA PARA RECÊM NASCIDO SILICONADA E REFORÇADA 15 LT	UN	100	54,08	5.408,00
52	BARRA DE CHOCOLATE 1 KG	UN	100	39,02	3.902,00
53	BARRA DE CHOCOLATE BRANCO 1 KG	UN	100	39,02	3.902,00
54	BATATA PALHA EMBALAGEM 500G-FINA, SEQUINHA E CROCANTE. PRODUTO OBTIDO A PARTIR DO PROCESSAMENTO DA BATATA DESCASCADA, RALADA TIPO PALHA, ÍNTEGRA E FRITA EM ÓLEO VEGETAL ISENTO DE ÁCIDOS GRAXOS TRANS, LIVRE DE CONSERVANTES E	UN	700	6,85	4.795,00

	CORANTE. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500 GR, REFORÇADA, HERMETICAMENTE FECHADA, CONTENDO RÓTULO COM AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS				
55	BATATA PALITO CONGELADA 2 KG	PC	250	34,05	8.512,50
56	BICARBONATO DE SÓDIO 01 KG	KG	150	16,78	2.517,00
57	BICARBONATO DE SÓDIO 100 G	UN	300	2,72	816,00
58	BISCOITO DE POLVILHO DOCE 200 GR	UN	2000	12,05	24.100,00
59	BISCOITO DE QUEIJO CONGELADO 5 KG (FARIAS/DONA BENTA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	PC	1600	92,30	147.680,00
60	BOLACHA DE COCO 600 GR (MABEL/RANCHEIRO OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	PC	1000	7,53	7.530,00
61	BOMBOM RECHEADO COM CREME DE CASTANHA DE CAJU E WAFER, COBERTO COM CHOCOLATE AO LEITE - PRETO - 01 KG - (SUGESTÃO LACTA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	SC	250	49,69	12.422,50
62	BOTA DE BORRACHA Nº 35/36 CANO CURTO	PR	100	54,22	5.422,00
63	BOTA DE BORRACHA Nº 35/36 CANO LONGO	PR	100	54,22	5.422,00
64	BOTA DE BORRACHA Nº 37/38 CANO CURTO	PR	100	54,22	5.422,00
65	BOTA DE BORRACHA Nº 37/38 CANO LONGO	PR	100	54,22	5.422,00
66	BOTA DE BORRACHA Nº 39/40 CANO CURTO	PR	100	54,22	5.422,00
67	BOTA DE BORRACHA Nº 39/40 CANO LONGO	PR	100	54,22	5.422,00
68	BOTA DE BORRACHA Nº 41/42 CANO CURTO	PR	100	54,22	5.422,00
69	BOTA DE BORRACHA Nº 41/42 CANO LONGO	PR	100	54,22	5.422,00
70	BROA CONGELADA 5 KG	UN	500	113,63	56.815,00
71	BULE PARA CAFÉ DE ALUMÍNIO DE 1.8 LT	UN	30	65,92	1.977,60
72	CAÇAROLA COM ALÇA DE ALUMÍNIO Nº 28/8 LT	UN	20	162,29	3.245,80
73	CAÇAROLA COM ALÇA DE ALUMÍNIO Nº 38/14 LT	UN	20	268,41	5.368,20
74	CAÇAROLA COM ALÇA DE ALUMÍNIO Nº 42/17 LT	UN	20	236,27	4.725,40
75	CAÇAROLA COM ALÇA DE ALUMÍNIO Nº 46/21 LT	UN	20	394,66	7.893,20
76	CAÇAROLA COM ALÇA DE ALUMÍNIO Nº 50/41 LT	UN	20	383,33	7.666,60
77	CAÇAROLA COM ALÇA DE ALUMÍNIO Nº 60/70 LT	UN	20	338,15	6.763,00
78	CAÇAROLA PARA CAFÉ 1.8 LT	UN	20	21,84	436,80
79	CAÇAROLA REBATIDA DE ALUMÍNIO Nº 20/2,6 LT	UN	20	65,57	1.311,40
80	CACAU EM PÓ 100% 200 GR	UN	1500	27,64	41.460,00
81	CAFÉ MOIDO 500 GR (SUGESTÃO: CAJUBA/OURO NEGRO/GOSTO MINEIRO)	PC	5500	34,42	189.310,00
82	CAIXA DE FOSFARO 40 UN 10 X 1	PC	100	6,07	607,00
83	CAIXA DE ISOPOR 50 LTS	UN	20	130,80	2.616,00
84	CAIXA DE ISOPOR 60 LTS	UN	20	163,72	3.274,40
85	CAIXA DE ISOPOR 80 LTS	UN	20	188,18	3.763,60
86	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO 10 LT	UN	8	151,08	1.208,64
87	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO 20 LT	UN	20	188,25	3.765,00
88	CALDO DE BACON EM TABLETES 06 X 01 57 GR	CX	500	3,24	1.620,00
89	CALDO DE CARNE DE GALINHA EM TABLETES 06 X 01 57 GR	CX	1000	3,24	3.240,00
90	CALDO DE CARNE EM TABLETES 06 X 01 57 GR	CX	300	3,24	972,00

91	CALDO DE COSTELA EM TABLETES 06 X 01 57 GR	CX	150	3,24	486,00
92	CAMOMILA 10 GR	UN	1000	3,84	3.840,00
93	CANECAS PLÁSTICAS 300 ML	UN	300	3,21	963,00
94	CANELA EM CAVACOS 10 GR	PC	600	3,36	2.016,00
95	CANELA EM PÓ 10 GR	PC	600	1,96	1.176,00
96	CANUDINHO 100 X 1	PC	500	4,54	2.270,00
97	CATCHUP 370 GR	UN	500	9,84	4.920,00
98	CÊRA AMARELA 1,750 ML	UN	300	10,90	3.270,00
99	CERA INCOLOR 02 LTS	UN	800	14,06	11.248,00
100	CÊRA INCOLOR 1,750 ML	UN	1600	10,90	17.440,00
101	CÊRA INCOLOR 750 ML	UN	1000	6,96	6.960,00
102	CÊRA VERDE PARA ARDÓSIA 750 ML	UN	850	6,96	5.916,00
103	CÊRA VERMELHA 1,750 ML	UN	200	10,90	2.180,00
104	CESTO DE LIXO COM TAMPA FECHADO 60 LT	UN	100	57,33	5.733,00
105	CESTO TELADO 10 LT	UN	200	22,97	4.594,00
106	CESTO TELADO 30 LT	UN	150	22,97	3.445,50
107	CESTO TELADO COM TAMPA 60 LT	UN	80	58,75	4.700,00
108	CHÁ DE ERVA MATE 250 GR	UN	200	4,86	972,00
109	CHALEIRA ELETRICA 1,8 LTS	UN	20	114,36	2.287,20
110	CHANTILLY 1 LT	CX	150	27,35	4.102,50
111	CHAPÉUZINHO PARA ANIVERSÁRIO 10 X 1	PC	300	7,19	2.157,00
112	CHÁVENA DE VIDRO 200 ML	UN	50	8,84	442,00
113	CHOCOLATE GRANULADO 120 GR	UN	1000	4,67	4.670,00
114	COADOR DE TECIDO 100% ALGODÃO PARA CAFÉ TAMANHO GRANDE	UN	150	4,86	729,00
115	COADOR DE TECIDO 100% ALGODÃO PARA CAFÉ TAMANHO MEDIO	UN	100	4,86	486,00
116	COADOR DE TECIDO 100% ALGODÃO PARA CAFÉ TAMANHO PEQUENO	UN	50	4,86	243,00
117	COADOR PARA CAFÉ EM TECIDO MEDINDO 30 CM	UN	150	4,06	609,00
118	COALHADA INTEGRAL 900 ML	UN	200	16,53	3.306,00
119	COALHO VIDRO COM 250 ML	UN	20	9,99	199,80
120	COCO RALADO 100 GR	UN	2000	5,89	11.780,00
121	COCO RALADO 500 GR	UN	500	19,47	9.735,00
122	COLHER DE AÇO INOX CONCHA COM SOLDA GRANDE	UN	50	22,85	1.142,50
123	COLHER DE AÇO INOX DE SOPA	UN	1000	7,46	7.460,00
124	COLHER DE AÇO INOX ESCUMADEIRA COM SOLDA GRANDE	UN	50	21,60	1.080,00
125	COLHER DE AÇO INOX INFANTIL	UN	100	2,55	255,00
126	COLHER DE AÇO INOX PARA ARROZ COM SOLDA	UN	80	8,42	673,60
127	COLHER DE AÇO INOX PARA SOBREMESA	UN	300	6,28	1.884,00
128	COLHER DE ALUMÍNIO COM SOLDA CONCHA GRANDE	UN	50	8,32	416,00
129	COLHER DE ALUMÍNIO COM SOLDA TIPO CONCHA, (CABO MEDINDO 50 CM DE ALTURA)	UN	100	41,29	4.129,00
130	COLHER DE ALUMÍNIO ESCUMADEIRA COM SOLDA	UN	100	8,38	838,00
131	COLHER DE ALUMÍNIO PARA ARROZ COM SOLDA	UN	50	8,38	419,00

132	COLHER DESCARTÁVEL DE PLASTICO 50 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/ COPOBRAS/ STRAWPLAST)	PC	1200	5,94	7.128,00
133	COLHER DESCARTÁVEL DE PLASTICO SOBREMESA 50X1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/COPOBRAS/STRAWPLAST)	UN	1000	5,94	5.940,00
134	COLHER DESCARTÁVEL DE PLASTICO DE SOBREMESA PEQUENA 50 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/ COPOBRAS/ STRAWPLAST)	UN	1000	5,94	5.940,00
135	COLHER ESPUMADEIRA PARA FRITURA, INOX, COM CABO MEDINDO 50 CM	UN	30	10,60	318,00
136	CONDICIONADOR ADULTO 300 ML	UN	200	14,62	2.924,00
137	CONDICIONADOR INFANTIL 1 LT	UN	200	31,15	6.230,00
138	CONDICIONADOR INFANTIL 350 ML	UN	300	14,87	4.461,00
139	COPO AMERICANO 200ML	UN	700	2,40	1.680,00
140	COPO DE VIDRO TRANSPARENTE P/ ÁGUA 6X1 DE 300 ML	JG	30	27,89	836,70
141	COPO DESCARTÁVEL DE ISOPOR TÉRMICO 40 X 25 DE 120 ML PS BRANCO 1000 X 1 (SUGESTÃO: COPOBRAS/ TOTAL PLAST/ TERMOPOT)	CX	80	200,46	16.036,80
142	COPO DESCARTÁVEL DE PLASTICO 200 ML 100 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/COPOBRAS/STRAWPLAST)	PC	10000	4,92	49.200,00
143	COPO DESCARTÁVEL DE PLASTICO 300 ML 100 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/COPOBRAS/STRAWPLAST)	PC	1500	11,81	17.715,00
144	COPO DESCARTÁVEL DE PLASTICO PARA CAFÉ 50 ML 100 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/ COPOBRAS/ STRAWPLAST)	PC	1200	3,42	4.104,00
145	COPO DESCARTÁVEL DE PLASTICO PARA CALDO 250 ML COM TAMPA 50 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/COPOBRAS/STRAWPLAST)	PC	2300	8,71	20.033,00
146	COPO DESCARTÁVEL DE PLASTICO PARA CALDO 500 ML COM TAMPA 50 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/COPOBRAS/STRAWPLAST)	PC	2300	12,60	28.980,00
147	CORDA DE NYLON PARA VARAL 10 MT	MT	80	4,34	347,20
148	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO RESFRIADO	KG	16000	9,87	157.920,00
149	CRAVO DA INDIA 20 GR	UN	300	6,44	1.932,00
150	CREME DE LEITE 200 GR (SUGESTÃO: NESTLE/ ITALAC/ PIRACANJUBA)	UN	1500	3,87	5.805,00
151	CREME DENTAL 180 GR	UN	100	7,97	797,00
152	DESENTUPIDOR DE PIA GRANULADO 300 GR	UN	250	18,14	4.535,00
153	DESINFETANTE CONCENTRADO 5 LT	GL	3000	38,35	115.050,00
154	DESINFETENTE 02 LTS (SUGESTÃO: BRILHANTE/IPÊ/SOL)	UN	6000	4,87	29.220,00
155	DESODORANTE ROLLON PERFUMADO 50 ML	UN	100	8,66	866,00
156	DETERGENTE LIQUIDO 500 ML (SUGESTÃO: BRILHANTE/IPÊ/LIMPOL)	UN	10000	3,47	34.700,00
157	DOCE DE LEITE PASTOSO 400 GR	UN	200	7,75	1.550,00
158	DOCE DE PÊSSEGO COM CALDA EM METADES 850 GR	LT	200	14,92	2.984,00
159	EMULSIFICANTE 100 GR	UN	100	9,10	910,00
160	EMULSIFICANTE 200 GR	UN	100	17,82	1.782,00
161	ERVA DOCE 10 GR	PC	300	1,92	576,00

162	ERVILHA CONGELADA, 300 GR, GRÃOS INTEIROS, NÃO AMASSADOS, SEM CASCAS OU VAGENS. ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, INSETOS OU FRAGMENTOS DE MATERIAL ESTRANHO (SUGESTÃO: SEARA/SADIA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	2500	9,90	24.750,00
163	ERVILHA ENLATADA 170 GR	LT	2200	3,48	7.656,00
164	ESCORREDOR DE MACARRÃO ALUMÍNIO Nº 40 COM ALÇA	UN	30	137,48	4.124,40
165	ESCOVA PARA LAVAR MAMADEIRA	UN	50	3,37	168,50
166	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA COM CABO DE MADEIRA	UN	200	2,92	584,00
167	ESCOVA PARA LAVAR VASO SANITÁRIO	UN	400	10,35	4.140,00
168	ESMALTE CORES VARIADAS 5 ML	UN	80	5,87	469,60
169	ESPANADOR DE PENA 30 CM	UN	120	22,40	2.688,00
170	ESPONJA DE LÃ DE AÇO 8X1	UN	1500	2,94	4.410,00
171	ESPONJA DUPLA FACE 4X1	UN	1500	5,85	8.775,00
172	ESPONJA PARA BANHO 3X1	UN	2000	6,88	13.760,00
173	ESPUMA DE BARBEAR DE 200 GR	UN	110	16,22	1.784,20
174	ESSÊNCIA CONCENTRADO DE EUCALIPTO 100 ML	UN	1400	4,61	6.454,00
175	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, TIPO PASTA, EM LATA OU POTE DE 300 A 350 GR (ELEFANTE/ QUERO/ PREDILECTA)	UN	2000	7,94	15.880,00
176	EXTRATO DE TOMATE, CONCENTRADO, TIPO PASTA, LATA ÍNTEGRA OU SACHE COM 01 KG E ROTULAGEM ESPECÍFICA (ELEFANTE/QUERO/PREDILECTA)	KG	3000	19,56	58.680,00
177	FACA DE COZINHA DE AÇO INOX Nº 05 COM CABO DE MADEIRA	UN	150	17,36	2.604,00
178	FACA DE COZINHA DE AÇO INOX Nº 07 COM CABO DE MADEIRA	UN	100	19,37	1.937,00
179	FACA DE MESA 3 X 1	PC	100	10,67	1.067,00
180	FACA DE MESA 6 X 1	PC	100	10,22	1.022,00
181	FARELO DE AVEIA 500 GR	UN	500	9,27	4.635,00
182	FARINHA DE MANDIOCA BIJU BRANCA 500 GR	UN	3500	6,96	24.360,00
183	FARINHA DE MANDIOCA LISA BRANCA 500 GR	UN	1800	6,96	12.528,00
184	FARINHA DE MILHO 500 GR	UN	1000	6,80	6.800,00
185	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 1 KG (SUGESTÃO: CRITAL/ SOL/ DONA BENTA)	UN	2000	5,99	11.980,00
186	FARINHA LACTEA 360 GR	UN	500	14,76	7.380,00
187	FEIJÃO TIPO 1 KG (SUGESTÃO: CRISTAL/VASCONSELOS/GRÃO DOURADO)	PC	6500	11,80	76.700,00
188	FERMENTO BIOLÓGICO 10 GR (SUGESTÃO: FLEISCHMANN/SAF/DONA BENTA)	UN	2500	1,70	4.250,00
189	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 250 GR (SUGESTÃO: ROYAL/FLEISCHMANN/DONA BENTA)	UN	2500	10,95	27.375,00
190	FILÉ DE PEITO DE FRANGO OU PEITO DE FRANGO DESOSSADO E SEM PELE)	KG	4000	18,35	73.400,00
191	FILTRO DE BARRO COM 2 VELAS 8 LT	UN	30	161,72	4.851,60
192	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 102 COM 30 UNIDADES	UN	100	5,74	574,00
193	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103 COM 30 UNIDADES	UN	100	7,64	764,00

194	FLANELA AMARELA PARA LIMPEZA 40 X 60	UN	1200	5,84	7.008,00
195	FORMA PARA EMPADA DE ALUMÍNIO - TAMANHO MÉDIO	UN	100	1,63	163,00
196	FORMINHAS PARA DOCES 100X1	UN	100	2,74	274,00
197	FORMINHAS PARA DOCES 200 X 1	PC	100	5,32	532,00
198	FRALDA DESCARTÁVEL EG 42 UN	PC	1000	63,08	63.080,00
199	FRALDA DESCARTÁVEL G 60 UN	PC	1200	63,08	75.696,00
200	FRALDA DESCARTÁVEL M 54 UN	PC	1200	63,08	75.696,00
201	FRALDA DESCARTÁVEL P 60 UN	PC	500	69,08	34.540,00
202	FRALDA GERIÁTRICA G 8 UN	PC	500	19,62	9.810,00
203	FRALDA GERIÁTRICA M 8 UN	PC	500	19,62	9.810,00
204	FRANGO CONGELADO INTEIRO	KG	7000	13,58	95.060,00
205	FRASCO PULVERIZADOR COM GATILHO 500 ML	UN	1000	10,50	10.500,00
206	FUBÁ 1 KG	PC	1100	13,24	14.564,00
207	FUBÁ 500 GR	PC	1000	4,82	4.820,00
208	GARFO DE AÇO INOX PARA REFEIÇÃO	DZ	500	3,93	1.965,00
209	GARFO DESCARTÁVEL DE PLASTICO 50 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/ COPOBRAS/ STRAWPLAST)	PC	500	5,95	2.975,00
210	GARFO DESCARTÁVEL DE PLASTICO DE SOBREMESA 50 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/ COPOBRAS/ STRAWPLAST)	PC	400	5,95	2.380,00
211	GARFO DESCARTÁVEL DE PLASTICO REFEIÇÃO REFORÇADO 50 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/ COPOBRAS/S TRAWPLAST)	PC	450	5,95	2.677,50
212	GARRAFA TÉRMICA 3 LT	UN	30	37,02	1.110,60
213	GARRAFA TÉRMICA 5 LT	UN	50	45,12	2.256,00
214	GARRAFA TÉRMICA AUTOMÁTICA PARA CAFÉ 1 LT	UN	50	85,85	4.292,50
215	GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ 1.8 LT	UN	50	47,84	2.392,00
216	GELATINA EM PÓ DIET 25 GR	UN	1000	1,95	1.950,00
217	GELATINA EM PÓ 25 GR	UN	1500	1,89	2.835,00
218	GOIABADA 1 KG	UN	300	14,57	4.371,00
219	GRAMPO PARA CABELO Nº 05 COM 100 X 1	UN	100	9,67	967,00
220	GRANOLA SEM AÇUCAR 500 GR	UN	300	19,00	5.700,00
221	GUARDANAPO 14 X 13 CM 400 X 1	PC	500	7,99	3.995,00
222	GUARDANAPO 24 X 22 CM 50 X 1	PC	500	14,10	7.050,00
223	GUARDANAPO 33 X 30 CM 50 X 1	PC	1500	14,10	21.150,00
224	HASTES FLEXIVEIS CX C/ 75 UN	UN	500	2,93	1.465,00
225	INSETICIDA AEROSOL 285 ML	UN	300	17,38	5.214,00
226	IOGURTE DIVERSOS SABORES 900 ML	UN	500	12,90	6.450,00
227	IOGURTE LIGHT, SABORES VARIADOS, 900 GR	UN	1500	15,70	23.550,00
228	IOGURTE ZERO LACTOSE, SABORES VARIADOS, 900 GR	UN	200	18,38	3.676,00
229	ISQUEIRO A GÁS GRANDE	UN	200	6,94	1.388,00
230	ISQUEIRO A GÁS PEQUENO	UN	100	5,93	593,00
231	JARRA DE VIDRO 1 LT	UN	70	19,40	1.358,00
232	JARRA DE VIDRO 1.5 LT	UN	30	19,40	582,00
233	JARRA PLÁSTICA DE 2 LT	UN	110	27,09	2.979,90
234	JARRA PLÁSTICA DE 3 LT	UN	30	33,26	997,80
235	JARRA PLÁSTICA DE 3.5 LT	UN	60	33,13	1.987,80

236	JOGO DE XÍCARA PARA CAFÉ DE VIDRO COM PIRES	DZ	50	88,05	4.402,50
237	KIT INFANTIL C/OM PENTE E ESCOVA DE CABELO	UN	150	18,42	2.763,00
238	LÂMINAS PARA BARBEAR 3 X 1	CX	500	3,42	1.710,00
239	LAVADEIRA DE ALUMÍNIO 30 LTS	UN	20	133,71	2.674,20
240	LAVADEIRA DE ALUMÍNIO 60 LTS	UN	20	146,47	2.929,40
241	LAVADEIRA DE ALUMÍNIO 80 LTS	UN	20	150,27	3.005,40
242	LEITE CONDENSADO 395 GR (SUGESTÃO: NESTLE/ ITALAC/ PIRACANJUBA)	UN	2000	6,92	13.840,00
243	LEITE DE CÔCO 200 ML	VD	600	4,85	2.910,00
244	LEITE EM PÓ 400 GR	UN	500	17,54	8.770,00
245	LEITE EM PO INTEGRAL 700 GR	UN	500	34,31	17.155,00
246	LEITE INTEGRAL 1 LT	UN	3000	4,94	14.820,00
247	LEITE SEM LACTOSE 1 LT	UN	2000	7,84	15.680,00
248	LEITEIRA DE ALUMÍNIO 1 LT	UN	50	21,63	1.081,50
249	LEITEIRA DE ALUMÍNIO 3 LT	UN	50	34,51	1.725,50
250	LEITEIRA DE ALUMÍNIO 6 LT	UN	30	50,82	1.524,60
251	LEITEIRA PLÁSTICA 1,800 ML	UN	50	11,13	556,50
252	LEITEIRA PLÁSTICA 2 LT	UN	30	42,98	1.289,40
253	LENÇOS UMEDECIDOS POTE 400 UN	UN	500	38,09	19.045,00
254	LENÇOS UMEDECIDOS REFIL 400 UN	UN	500	41,04	20.520,00
255	LIGA NEUTRA 100 GR	UN	300	8,80	2.640,00
256	LIMPA ALUMÍNIO 500 ML	UN	2000	7,11	14.220,00
257	LIMPA PEDRA 2 LT	LT	1500	19,24	28.860,00
258	LIMPA VIDRO 500 ML	UN	1000	9,98	9.980,00
259	LIMPADOR CREMOSO MULTIUSO, 450 ML (CIF OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	1500	12,46	18.690,00
260	LIMPADOR DE CERÂMICA 2 LT	UN	1600	9,94	15.904,00
261	LIMPADOR DESENGORDURANTE 500 ML (CIF/VEJA/YPÊ)	UN	3000	12,93	38.790,00
262	LIMPADOR MULTIUSO 500 ML (VEJA/CIF/YPÊ)	UN	2350	5,96	14.006,00
263	LINGUIÇA CALABRESA	KG	4000	31,37	125.480,00
264	LINGUIÇA TOSCANA EM GOMOS (SEARA/SADIA/PERDIGÃO)	KG	5500	23,91	131.505,00
265	LINGUIÇA TOSCANA EM GOMOS, SEM PIMENTA DE CARNE DE FRANGO (PERDIGÃO/AURORA/SEARA)	KG	4000	23,91	95.640,00
266	LINGUIÇA TOSCANA EM GOMOS, SEM PIMENTA DE CARNE DE PORCO (PERDIGÃO/AURORA/SEARA)	KG	4000	23,91	95.640,00
267	LIXA PARA UNHAS	UN	200	0,34	68,00
268	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL 100 LT	LT	100	187,25	18.725,00
269	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL 15 LT	UN	100	37,71	3.771,00
270	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL 20 LT	UN	100	48,58	4.858,00
271	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL 30 LT	UN	100	65,12	6.512,00
272	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL 60 LT	LT	100	94,38	9.438,00
273	LOMBO DE PORCO	KG	6500	26,39	171.535,00
274	LUSTRA MÓVEIS 200 ML	UN	150	10,20	1.530,00
275	LUVA DE LIMPEZA DE BORRACHA P ANTE ADERENTE	UN	1500	14,86	22.290,00
276	LUVA DESCARTÁVEL DE VINIL PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS 100X1	CX	800	25,36	20.288,00

277	LUVAS DE LIMPEZA DE BORRACHA G ANTE ADERENTE	UN	1500	14,86	22.290,00
278	LUVAS DE LIMPEZA DE BORRACHA M ANTE ADERENTE	UN	2000	14,86	29.720,00
279	MACARRÃO ESPAGUETE 1 KG	PC	2000	7,99	15.980,00
280	MACARRÃO FURADINHO 1 KG	PC	1000	7,99	7.990,00
281	MACARRÃO FURADINHO 500 GR	PC	3600	3,87	13.932,00
282	MACARRÃO PÁRAFUSO 01 KG	PC	3100	7,99	24.769,00
283	MAIONESE 500 GR	UN	750	10,14	7.605,00
284	MANGUEIRA TRANÇADA PARA JARDIM	MT	200	4,86	972,00
285	MANGUEIRA TRANÇADA PARA JARDIM 30 MT	UN	100	71,06	7.106,00
286	MANTEIGA DE LEITE COM SAL, OBTIDA EXCLUSIVAMENTE A PARTIR DA NATA DO LEITE DE VACA, PASTEURIZADA E BATIDA, PADRÃO TIPO EXTRA, 500 GR, (PIRACANJUBA, ITAMBÉ/ITALAC OU SIMILAR EM QUALIDADE)	UN	2000	19,62	39.240,00
287	MARGARINA 250 GR (SUGESTÃO: QUALY/ DORIANA/ DELICIA)	UN	1500	4,80	7.200,00
288	MARGARINA 80% LIPÍDIOS 500 GR (SUGESTÃO:QUALY/DORIANA/DELICIA)	UN	4000	8,81	35.240,00
289	MARMITEX DE ALUMÍNIO Nº 08 COM 100 X 1	CX	1500	37,47	56.205,00
290	MARMITEX DE ALUMÍNIO Nº 09 COM 100 X 1	CX	2200	55,72	122.584,00
291	MARMITEX DE ISOPOR Nº 06 COM 100 X 1, COM TAMPA, MÍNIMO DE 2MM NAS PAREDES LATERAIS (COPOBRÁS OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	CX	2000	38,69	77.380,00
292	MARMITEX DE ISOPOR Nº 08 COM 100 X 1, COM TAMPA, MÍNIMO DE 2MM NAS PAREDES LATERAIS (COPOBRÁS OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	CX	2500	49,10	122.750,00
293	MARMITEX DE ISOPOR Nº 09 COM 100 X 1, COM TAMPA, MÍNIMO DE 2MM NAS PAREDES LATERAIS (COPOBRÁS OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	CX	2200	57,14	125.708,00
294	MASCARA DESCARTAVEL COM ELASTICO 50 UNIDADES	CX	500	28,28	14.140,00
295	MASSA DE TAPIOCA HIDRATADA PRONTA PARA USO, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500 GR (SUGESTÃO: AMAFIL, YOKI OU SIMILAR OU EQUIVALENTE OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	PC	200	5,63	1.126,00
296	MEL PURO	L	80	139,04	11.123,20
297	MEXEDOR DE CAFÉ DE PLASTICO 7,5 CM COM 500 X 1	PC	100	13,52	1.352,00
298	MILHARINA 500 GR	PC	300	5,70	1.710,00
299	MILHO DE CANJICA 500 GR	PC	300	4,46	1.338,00
300	MILHO DE PIPOCA 500 GR	PC	800	4,86	3.888,00
301	MILHO VERDE ENLATADO 170 GR	LT	3000	3,38	10.140,00
302	ODORIZADOR DE AMBIENTE AEROSSOL 360 ML	UN	1500	25,85	38.775,00
303	OLEO DE SOJA 900 ML	UN	7500	7,84	58.800,00
304	ORÉGANO 5 GR	UN	600	4,00	2.400,00
305	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 02 LTS	UN	30	10,69	320,70
306	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 05 LTS	UN	30	19,45	583,50

307	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 08 LTS	UN	30	31,03	930,90
308	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 100 LTS	UN	30	117,52	3.525,60
309	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 12 LTS	UN	30	19,23	576,90
310	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 13 LTS	UN	30	20,46	613,80
311	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 25 LTS	UN	30	53,07	1.592,10
312	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 30 LTS	UN	30	48,22	1.446,60
313	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 33 LTS	UN	30	48,63	1.458,90
314	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 50 LTS	UN	30	78,50	2.355,00
315	ORGANIZADOR PLASTICO REFORÇADO COM TAMPA, CAPACIDADE 60 LTS	UN	30	79,93	2.397,90
316	OVOS: A CASCA DEVE SER LISA, SEM GRANULAÇÕES NEM ENRUGAMENTOS E FISSURAS, POIS QUALQUER UM DESSES DEFEITOS INDICAM ALGUMA ANOMALIA, TORNAM-SE MAIS FRÁGEIS.	DZ	4500	7,79	35.055,00
317	PÁ PARA LIXO METÁLICA COM CABO LONGO DE MADEIRA 40 CM	UN	200	14,01	2.802,00
318	PÁ PLÁSTICA PARA LIXO C/ CABO CURTO DE MADEIRA	UN	150	8,56	1.284,00
319	PAÇOCA DE AMENDOIM ROLHA EMBALADA 50 X 1	UN	200	19,46	3.892,00
320	PALITO DE MADEIRA 25CM PARA ALGODÃO DOCE SEM PONTAS 50X1	PC	500	6,42	3.210,00
321	PALITO DE DENTE 100 X 1	CX	500	0,98	490,00
322	PALITO DE PICOLÉ 50X1	UN	1000	3,72	3.720,00
323	PALITO PARA ESPETO DE CARNE 50 X 1	PC	500	6,13	3.065,00
324	PALMITO INTEIRO EM CONSERVA, PESO DRENADO 500 GR, (SUGESTÃO: IMPERADOR/ LA VIOLETERA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	2500	29,35	73.375,00
325	PALMITO PICADO 500 G	VD	1000	22,36	22.360,00
326	PANELA DE ALUMÍNIO BATIDO Nº 38/14 LT	UN	50	128,37	6.418,50
327	PANELA DE ALUMÍNIO BATIDO Nº 50/40 LT	UN	50	241,50	12.075,00
328	PANELA DE ALUMÍNIO REBATIDO Nº 40/18 LT	UN	50	370,64	18.532,00
329	PANELA DE PRESSÃO 10 LT	UN	30	188,16	5.644,80
330	PANELA DE PRESSÃO 2 LT	UN	30	89,80	2.694,00
331	PANELA DE PRESSÃO 3 LT	UN	30	81,09	2.432,70
332	PANELA DE PRESSÃO 4.5 LT	UN	30	54,70	1.641,00
333	PANELA DE PRESSÃO 5LTS	UN	30	94,05	2.821,50
334	PANELA DE PRESSÃO DE 07 LITROS	UN	30	137,79	4.133,70
335	PANO DE CHÃO ATOALHADO 60X90 CM	UN	2000	9,35	18.700,00
336	PANO DE CHÃO MICROFIBRA, RESISTENTE 80X90 CM	UN	300	19,17	5.751,00
337	PANO DE CHÃO-SACO (ALVEJADO)	UN	1000	9,86	9.860,00
338	PANO DE PRATO ATOALHADO 40X60 CM	UN	300	6,08	1.824,00

339	PANO DE PRATO DE ALGODÃO 40X60 CM	UN	150	7,43	1.114,50
340	PAO DE FORMA MACIO, FATIADO, PRONTO PARA CONSUMO, PESO LÍQUIDO ENTRE 400 A 500 GR	PC	1000	9,28	9.280,00
341	PÃO DE FORMA, DE AVEIA FIT, MACIO, FATIADO, PRONTO PARA CONSUMO, PESO LÍQUIDO ENTRE 400 A 500 GR	PC	300	15,22	4.566,00
342	PÃO DE FORMA, INTEGRAL, MACIO, FATIADO, PRONTO PARA CONSUMO, PESO LÍQUIDO ENTRE 400 A 500 GR	PC	500	9,93	4.965,00
343	PÃO DE FORMA, SEM CASCA, MACIO, FATIADO, PRONTO PARA CONSUMO, PESO LÍQUIDO ENTRE 400 A 500 GR	PC	700	13,94	9.758,00
344	PAO DE QUEIJO CONGELADO 5 KG- (FARIAS/ DONA BENTA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	PC	500	96,35	48.175,00
345	PÃO FINO TIPO FOLHA, PRÉ COZIDO, MACIO, PRONTO PARA CONSUMO OU FINALIZAÇÃO, ESTILO RAP 10 OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES, PELO LÍQUIDO DE APROXIMADAMENTE 330 GR.	PC	200	13,92	2.784,00
346	PÃO PARA CACHORRO QUENTE COM 10 UNIDADES, PACOTE COM 500 GR	PC	6000	9,68	58.080,00
347	PAPEL ALUMÍNIO GDE 7,5 CM X 4,5 MT	RL	1200	9,69	11.628,00
348	PAPEL FILME 45 CM X 4,5 MT	RL	800	7,29	5.832,00
349	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO C/ FOLHA DUPLA 30 MT X 10 CM 8 X 1 (SUGESTÃO: PERSONAL/ NEVE/ DUETO)	UN	4000	19,30	77.200,00
350	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO COM FOLHA DUPLA 30 MT X 10 CM 4 X 1 (SUGESTÃO: PERSONAL/ MILI/ DUETO)	UN	7000	6,89	48.230,00
351	PAPEL TOALHA 19X22 CM, COM 2X1 UNIDADES COM 60 FLS CADA	PC	2200	5,97	13.134,00
352	PAPEL TOALHA INT. BRANCO 20 X 21 CM 2 X 1 1000 X 1 FLS	FR	2400	44,84	107.616,00
353	PEGADOR DE MASSA DE AÇO INOX	UN	30	15,88	476,40
354	PENEIRA DE ARAME DE INOX PARA ARROZ ARO 55 CM	UN	20	17,31	346,20
355	PENEIRA PLASTICA MÉDIA COM CABO	UN	30	8,00	240,00
356	PENEIRA PLASTICA PEQUENA COM CABO	UN	30	6,84	205,20
357	PENTE FINO PARA CABELO	UN	30	1,97	59,10
358	PERNIL DE PORCO SEM OSSO	KG	8500	28,23	239.955,00
359	PIMENTA DO REINO 80 GR	UN	250	8,61	2.152,50
360	PIRULITO DE 400 GR	PC	150	12,42	1.863,00
361	PÓ PARA SORVETE 120 GR	UN	100	8,29	829,00
362	POLVILHO AZEDO 1 KG (SUGESTÃO - AMARFIL)	PC	700	14,73	10.311,00
363	POLVILHO DOCE 1 KG (SUGESTÃO - CASEIRO DO GROSSO OU AMARFIL)	PC	1000	14,73	14.730,00
364	PRATO DE LOUÇA FUNDO	UN	100	12,10	1.210,00
365	PRATO DE VIDRO FUNDO	UN	300	5,88	1.764,00
366	PRATO DESCARTÁVEL DE PLASTICO RASO 15 CM 10 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/ BELLA/ STRAWPLAST)	PC	2000	9,06	18.120,00
367	PRATO DESCARTÁVEL DE PLASTICO 21 CM 10 X 1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/ COPOBRAS/ STRAWPLAST)	PC	500	8,64	4.320,00
368	PRATO PLÁSTICO FUNDO	UN	500	2,60	1.300,00
369	PRENDEDOR PARA ROUPA DE MADEIRA 12X1	UN	200	2,86	572,00

370	PRESUNTO COZIDO, FATIADO, CATEGORIA "A", PRONTO PARA CONSUMO (SADIA/ SEARA/ PERDIGÃO)	KG	2300	40,84	93.932,00
371	PROTETOR SOLAR FATOR 50 120GR	UN	250	52,25	13.062,50
372	QUEIJO CAPIRA MEIA CURA	KG	400	50,82	20.328,00
373	QUEIJO CAPIRA MEIA CURA RALADO	KG	800	50,82	40.656,00
374	QUEIJO MINAS	KG	300	48,26	14.478,00
375	QUEIJO MUÇARELA, FATIADO, PRONTO PARA CONSUMO	KG	2600	51,24	133.224,00
376	RALINHO 04 FACES DE ALUMÍNIO	UN	50	9,86	493,00
377	RAPADURA PURA 1 KG	UN	50	19,39	969,50
378	REFRIGERANTE DE COLA 2 LT (SUGESTÃO: COCA COLA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	600	9,78	5.868,00
379	REFRIGERANTE DE COLA 600 ML (SUGESTÃO: COCA COLA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	500	6,10	3.050,00
380	REFRIGERANTE DE COLA LATA 310 ML (SUGESTÃO: COCA COLA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	1000	3,22	3.220,00
381	REFRIGERANTE DE GUARANÁ 2 LT (SUGESTÃO MINEIRO OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	1500	7,50	11.250,00
382	REFRIGERANTE DE GUARANÁ LATA 350 ML (SUGESTÃO: MINEIRO/ANTARTICA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	1000	3,22	3.220,00
383	REFRIGERANTE DE GUARANÁ ZERO LATA 350 ML (SUGESTÃO: MINEIRO/ANTARTICA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	500	3,22	1.610,00
384	REFRIGERANTE DE LÍMAO, LEVEMENTE GASEIFICADO, COM ZERO ADIÇÃO DE AÇÚCAR E CALORIA, COM 500 ML (H20H OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	1000	4,85	4.850,00
385	REFRIGERANTE TIPO COLA, ZERO AÇÚCAR, LATA COM 310 ML (SUGESTÃO: COCA COLA OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	1000	3,22	3.220,00
386	REMOVEDOR DE SUJEIRA DE PISO 2 LT	UN	2000	19,34	38.680,00
387	REQUEIJÃO CREMOSO 200 GR	UN	1000	10,92	10.920,00
388	REQUEIJÃO CREMOSO 400 GR	UN	1000	18,78	18.780,00
389	RODO DE MADEIRA 60 CM	UN	300	19,86	5.958,00
390	RODO DE METAL 30 CM SILICONE	UN	300	23,78	7.134,00
391	RODO DE METAL 50 CM SILICONE	UN	500	43,32	21.660,00
392	RODO DE METAL 60 CM SILICONE	UN	300	46,84	14.052,00
393	RODO PARA PIA DE ALUMÍNIO	UN	100	9,67	967,00
394	SABÃO EM BARRA 5 X 1	UN	1500	6,96	10.440,00
395	SABÃO EM BARRA DE CÔCO 5X1	UN	350	14,00	4.900,00
396	SABONETE DE BARRA 90 GR ADULTO	UN	500	2,77	1.385,00
397	SABONETE EM BARRA INFANTIL 85 GR	UN	350	4,58	1.603,00
398	SABONETE LÍQUIDO 1 LT	UN	1000	13,95	13.950,00
399	SABONETE LÍQUIDO 2 LT	UN	1000	19,58	19.580,00
400	SABONETE LÍQUIDO 500 ML	UN	1500	11,06	16.590,00
401	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL 02 LTS	UN	200	28,17	5.634,00

402	SABONETE LÍQUIDO SACHE 200 GR	UN	300	5,38	1.614,00
403	SACO DE CACHORRO QUENTE DE PLASTICO 500 X 1	PC	2000	13,73	27.460,00
404	SACO DE PAPEL BRANCO DE 1 KG COM 500 X 1	PC	500	20,68	10.340,00
405	SACO DE PIPOCA Nº 2 11/14 500 X 1	PC	1000	19,59	19.590,00
406	SACO PARA LIXO REFORÇADO DE 100 LT 05 X 1	PC	5500	9,11	50.105,00
407	SACO PARA LIXO REFORÇADO DE 15 LT 20 X 1	PC	2500	5,87	14.675,00
408	SACO PARA LIXO REFORÇADO DE 30 LT 10 X 1	UN	5000	6,82	34.100,00
409	SACO PARA LIXO REFORÇADO DE 50 LT 10 X 1	PC	3000	9,82	29.460,00
410	SACO PLÁSTICO PARA GELADINHO, 6X24 CM, COM 500 UN	PC	300	8,08	2.424,00
411	SACO TRANSPARENTE 1 KG	KG	400	32,11	12.844,00
412	SACO TRANSPARENTE 10 KG	KG	400	32,11	12.844,00
413	SACO TRANSPARENTE 2 KG	KG	400	32,11	12.844,00
414	SACO TRANSPARENTE 3 KG	KG	650	32,11	20.871,50
415	SACO TRANSPARENTE 5 KG	KG	500	32,11	16.055,00
416	SACOLA PLÁSTICA ALÇA CAMISETA REFORÇADA 38X48	KG	1000	14,58	14.580,00
417	SACOLA PLÁSTICA ALÇA CAMISETA REFORÇADA 80X60 - VERDE	KG	1300	15,47	20.111,00
418	SAL EM SACHÊ DE 1 GR COM 1000 UNID. (LEBRE/ CISNE/ MOC)	CX	200	31,88	6.376,00
419	SAL REFINADO 1 KG (SUGESTÃO: MOC/ CISNE/ UNIÃO)	PC	2000	4,63	9.260,00
420	SALSICHA	KG	3500	11,65	40.775,00
421	SAPONÁCEO COM DETERGENTE 300 GR	UN	500	3,66	1.830,00
422	SHAMPOO ADULTO 300 ML	UN	200	12,27	2.454,00
423	SHAMPOO INFANTIL 350 ML	UN	1000	15,09	15.090,00
424	SODA CÁUSTICA 1 KG (SUGESTÃO: SOL OU SIMILAR EM QUALIDADE)	UN	500	24,96	12.480,00
425	SORVETE SABORES DIVERSOS 10 LT	BL	80	91,42	7.313,60
426	SUCO DE CAJU CONCENTRADO 500 ML	UN	1500	4,80	7.200,00
427	SUCO DE MARACUJÁ CONCENTRADO 500 ML	UN	1500	9,77	14.655,00
428	SUCO DE TAMARINO CONCENTRADO 500 ML	UN	1500	9,61	14.415,00
429	SUCO DE UVA CONCENTRADO 500 ML	UN	1500	7,84	11.760,00
430	SUCO NATURAL INTEGRAL DE FRUTA, 100% SUCO, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, CORANTES, CONSERVANTES OU AROMATIZANTES ARTIFICIAIS, PAUSTEURIZADO, EM EMBALAGEM GARRAFA PET, VIDRO OU LONGA VIDA, COM TAMPA DE SEGURANÇA, COM 200 ML, SABORES VARIADOS (PRATS/ DELVALLE OU SIMILAR EM QUALIDADE)	UN	1000	5,94	5.940,00
431	SUCO NATURAL INTEGRAL DE FRUTA, 100% SUCO, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, CORANTES, CONSERVANTES OU AROMATIZANTES ARTIFICIAIS, PAUSTEURIZADO, EM EMBALAGEM GARRAFA PET, VIDRO OU LONGA VIDA, COM TAMPA DE SEGURANÇA, COM 600 ML, SABORES VARIADOS (PRATS/DELVALLE OU EQUIVALENTE OU IUGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	2000	16,78	33.560,00
432	TÁBUA DE VIDRO PARA CARNE 30 X 40	UN	50	17,22	861,00
433	TABULEIRO DE ALUMÍNIO QUADRADO Nº 7	UN	30	78,75	2.362,50
434	TABULEIRO DE ALUMÍNIO QUADRADO Nº 4	UN	30	58,86	1.765,80

435	TABULEIRO DE ALUMÍNIO QUADRADO Nº 5	UN	30	67,76	2.032,80
436	TABULEIRO DE ALUMÍNIO QUADRADO Nº 8	UN	30	87,72	2.631,60
437	TABULEIRO DE ALUMÍNIO REDONDO Nº 8	UN	30	86,71	2.601,30
438	TALCO 160 GR	UN	150	19,72	2.958,00
439	TAPETE ANTI-DERRAPANTE 60 X 40 CM	UN	300	21,53	6.459,00
440	TAPETE DE ALGODÃO 60 X 40 CM	UN	200	19,32	3.864,00
441	TEMPERO PRONTO 500 GR	UN	200	8,10	1.620,00
442	TOALHA DE ROSTO 40 X 60 CM	UN	100	24,00	2.400,00
443	TOUCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL COM 100 X 1	PC	5500	9,75	53.625,00
444	TOUCA HIGIÊNICA PARA BANHO EMBORRACHADA	UN	200	3,79	758,00
445	TRIGO 500 GR	PC	800	7,64	6.112,00
446	UVAS PASSAS 100 GR	PC	1500	8,30	12.450,00
447	VASILHA PLÁSTICA, REDONDA OU QUADRADA, REFORÇADA COM TAMPA DE 02 LTS	UN	50	24,71	1.235,50
448	VASILHA PLÁSTICA, REDONDA OU QUADRADA, REFORÇADA COM TAMPA DE 03 LTS	UN	50	28,67	1.433,50
449	VASILHA PLÁSTICA, REDONDA OU QUADRADA, REFORÇADA COM TAMPA DE 04 LTS	UN	50	15,89	794,50
450	VASILHA PLÁSTICA, REDONDA OU QUADRADA, REFORÇADA COM TAMPA DE 05 LTS	UN	30	33,22	996,60
451	VASILHA PLÁSTICA, REDONDA OU QUADRADA, REFORÇADA COM TAMPA DE 08 LTS	UN	30	30,56	916,80
452	VASILHA PLÁSTICA, REDONDA OU QUADRADA, REFORÇADA COM TAMPA DE 10 LTS	UN	30	34,95	1.048,50
453	VASSOURA DE PÊLO	UN	800	19,32	15.456,00
454	VASSOURA DE PIAÇAVA REFORÇADA NATURAL Nº 05	UN	300	13,66	4.098,00
455	VASSOURA ESFREGÃO	UN	400	17,57	7.028,00
456	VASSOURA DE PALHA CAIPIRA	UN	4260	7,78	33.142,8
457	VASSOURA PET	SV	800	40,00	32.000
458	VELA DE ANIVERSÁRIO FAÍSCA	UN	80	3,88	310,40
459	VELA DE PARAFINA Nº 7 COM 8 X 1	UN	50	9,32	466,00
460	VELA PARA FILTRO DE ÁGUA	UN	30	6,73	201,90
461	VINAGRE DE ALCOOL TRADICIONAL 750ML	UN	800	3,77	3.016,00
462	XÍCARAS PARA CAFÉ DE VIDRO	UN	250	4,24	1.060,00
463	PANELA DE PRESSÃO 20 LT	UN	15	180,07	2.701,05
464	COCO RALADO DESIDRATADO, PARCIALMENTE DESENGORDURADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR. PACOTE COM 01 KG	KG	200	48,30	9.660,00
465	PRATO DESCARTÁVEL DE ISOPOR 23 CM 25X1 (SUGESTÃO: BELLA/ TOTAL PLAST/ TERMOPOT)	PC	1000	13,32	13.320,00
466	POLPA DE FRUTA - DIVERSOS SABORES 01 KG	KG	6000	34,52	207.120,00
467	BOLACHA DE ÁGUA E SAL CREAM CRACKER 350 GR	PC	1000	6,42	6.420,00
468	PEITO DE FRANGO	KG	7000	15,56	108.920,00
469	SABÃO EM PÓ 2,2 KG (SUGESTÃO: OMO, BRILHANTE OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	1500	20,97	31.455,00

470	COPO DESCARTÁVEL DE PLASTICO PARA CALDO 300 ML COM TAMPA 50X1 (SUGESTÃO: TERMOPOT/ COPOBRAS/ STRAWPLAST)	PC	100	11,7	1.170,00
471	SABÃO EM PÓ 800 g (OMO/BRILHANTE OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	2500	12,60	31.500,00
472	SACOLA PLÁSTICA ALÇA CAMISETA REFORÇADA 60X70	KG	400	16,48	6.592,00
473	SABÃO EM PÓ 400 g (SUGESTÃO: OMO, BRILHANTE OU EQUIVALENTE OU IGUAL OU SUPERIOR EM QUALIDADE)	UN	1500	9,19	13.785,00
474	SACOLA PLÁSTICA ALÇA CAMISETA REFORÇADA 48X58	KG	400	15,16	6.064,00
475	PRENDEDOR PARA ROUPA DE PLÁSTICO GIGANTE 12X1	UN	300	9,12	2.736,00
476	SACOLA PLÁSTICA ALÇA CAMISETA REFORÇADA 50X60	KG	400	16,48	6.592,00

Valor Total: R\$ 7.403.917,17 (sete milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e dezessete reais e dezessete centavos).

3.1. Nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/21 declara-se que o objeto a ser licitado possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, sendo possível a realização do procedimento na modalidade Pregão Presencial.

3.2. Declara-se ainda que conforme o art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, que os itens que compõem o objeto a ser licitado são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam não sendo considerados artigos de luxo.

IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;

4.2. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

4.3. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

4.4. Os produtos perecíveis no momento da entrega deverão estar no terço inicial de validade, e apresentar as características constantes nas especificações do Termo de Referência;

4.5. As carnes (suína, aves e peixes) e frios, deverão estar com boa aparência, com aroma específico do produto. As carnes deverão ser transportadas de forma a manter sua qualidade e características, devendo para tanto ser transportadas em ambiente refrigerado caso possível.

4.6. Os licitantes deverão possuir logística suficiente para atender as necessidades de armazenagem, principalmente em relação às temperaturas operacionais. As temperaturas devem ser mantidas adequadas durante o embarque, transporte, desembarque e entrega dos itens. O desembarque deve ocorrer por conta dos fornecedores. A qualidade física das embalagens e condições de refrigeração, serão de responsabilidade do fornecedor até o momento da entrega. Havendo qualquer anomalia qualitativa com lote de produtos recebidos, durante o armazenamento e preparo, quando não ocasionado por condições internas de guarda e armazenagem de responsabilidade do município de Corumbáiba ou mesmo pelo fornecedor, este será comunicado para o imediato contato com a indústria para elucidar os fatos. Quando constatado que o problema não foi gerado pelo município de Corumbáiba e sim pelo fornecedor ou indústria, caberá a solicitação de coleta e reposição da mercadoria na mesma quantidade e em condições sanitárias e de qualidade adequadas para o preparo e consumo.

4.7. Os materiais deverão ser entregues dentro do prazo máximo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio da ordem de fornecimento, o fornecimento deverá ser realizado no perímetro urbano do município de Corumbáiba de segunda a sexta feira durante o horário de expediente dos órgãos públicos, que funcionam das 07:00 as 11 e das 13:00 as 17:00, não será admitido entrega em local distinto do informado na Ordem de Serviço;

4.7.1. Poderá haver entrega em mais de um local dentro do perímetro Urbano do município;

4.7.2. A empresa ficará obrigada a realizar o fornecimento dentro das necessidades da Administração Pública, onde somente será solicitado os produtos nas quantidades necessárias, tendo em vista que o município não dispõe de espaço adequado para guarda e armazenamento de grandes quantidades;

4.8. A entrega de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar seguem planejamento elaborado pela nutricionista da Secretaria Municipal de Educação que atende as unidades educacionais da rede pública de ensino do Município, pois com o planejamento podemos assegurar que todos os envolvidos no processo da alimentação escolar possam trabalhar de forma programada, sem risco para que haja o desabastecimento tanto de fornecedores e unidades educacionais, garantindo assim o direito dos fornecedores e principalmente o direito de crianças e alunos (Lei n 11.947/2009 - PNAE) em receber uma alimentação de qualidade;

4.9. Durante o transporte de materiais de limpeza e gêneros alimentícios a empresa deverá providenciar que os mesmos não tenham contato, afim de preservar a qualidade dos produtos e assegurar a perfeita utilização dos materiais;

4.10. Não serão aceitos materiais com embalagem primária violada e/ou deteriorada, sendo rejeitada o objeto num todo, devendo o mesmo ser substituído dentro do prazo máximo de até 05 (cinco) dias independentemente da quantidade rejeitada;

4.11. Caso a empresa ultrapasse o limite do prazo de entrega estipulado no subitem 4.6 a mesma será notificada para que apresente suas razões devidamente acompanhada das comprovações;

4.11.1. No caso de atraso da entrega após concedido o direito do contraditório e ampla defesa será aberto procedimento administrativo para verificar a situação e a possível rescisão contratual e/ou cancelamento do registro, com as devidas penalidades cabíveis á contratada;

4.12. A empresa terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) que anteceder a data de conclusão do fornecimento, para informar á contratante os motivos que impedem de realizar o fornecimento, devendo para tanto apresentar as devidas justificativas com comprovações;

4.13. Os materiais serão recebidos:

a) provisoriamente no prazo de 3 dias, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente no prazo de 5 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.13. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

4.13.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

V – PAGAMENTO

5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

5.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.3.1. O prazo de validade;
- 5.3.2. A data da emissão;
- 5.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5.3.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 5.3.5. O valor a pagar; e
- 5.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.3.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.9. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.3.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.3.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.3.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

5.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.6. Por ocasião dos pagamentos deverá ser apresentado:

- a) Fatura discriminada (Nota Fiscal Eletrônica) devidamente atestada pelo (s) fiscal (ais) designado (s) pela Secretaria;
- b) CND da União;
- c) CND Estadual;
- d) CND do FGTS;
- e) CND Trabalhista;
- f) CND Municipal.

5.7. Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos a que alude o item anterior, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária,

em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações assumidas pela adjudicatária ou decorrente do Contrato;

5.8. O pagamento somente efetuar-se-á mediante a tempestividade das certidões anteriormente mencionadas. Caso a contratada entregue certidão com data expirada ou que venha expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada;

5.9. Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado;

Mesmo **comprovada** a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

5.10. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

5.11. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

5.12. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.13. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

5.14. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5.15. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.16. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo

VI - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.

6.2. Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

6.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.

6.4. Responsabilizar –se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infelizmente do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com

referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

6.5. Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

6.6. Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.

6.7. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as disposições do Termo de Referência.

6.8. A CONTRATADA deve cumprir com as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

6.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

VII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Receber os materiais nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência da Proposta vencedora, para fins de aceitação e recebimento dos mesmos;

7.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço/material que a Contratada entregar fora das especificações deste Termo de Referência e da Proposta de Preços;

7.4. Se necessário, paralisar ou suspender a qualquer tempo a entrega dos produtos de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo das entregas efetuadas;

7.5. Comunicar à Contratada, por escrito, todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento contratado, bem como sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.6. Acompanhar e fiscalizar, por servidor previamente designado, a execução do contrato, o fornecimento, a qualificação e aferição dos produtos;

7.7. Efetuar os pagamentos à Contratada no valor correspondente as parcelas de compras dos materiais/serviços efetivamente entregues, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

7.8. Descontar dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais;

7.9. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

VIII – DAS MODIFICAÇÕES CONTRATUAIS

8.1. Nos termos do Art. 136 da Lei Federal 14.133/2021 os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

- II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- IV - empenho de dotações orçamentárias.

IX- SANÇÕES

9.1. Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa sobre o valor total do contrato pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, que sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.
- b) Inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.
- c) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado.
- d) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas;
- j) Cometer fraude fiscal.

9.1.4. As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

9.1.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.1.6. A inexecução contratual também poderá dar causa à rescisão contratual, nos moldes da Lei nº 14.133/21.

9.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade

competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente

9.3. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos itens ou da prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas

X – MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Nos termos do Art.71 da Lei Federal 14.133/2021, o Município de Corumbáiba poderá, motivadamente revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

XI – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização do contrato será exercida por representante designado por cada contratante, ao qual competirá dirimir dúvidas e registrar ocorrências que surgirem no curso da execução do Contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

11.1.1. O fiscal do contrato será designado mediante Portaria a ser anexado ao contrato;

11.2. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e/ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

XII – DA CONDIÇÃO DA PROPOSTA

12.1. Durante procedimentos anteriores verificou-se que determinados itens não atendia de forma eficiente a Administração Pública, como por exemplo: sabão em pó, detergente, desinfetante e demais itens, inclusive de alimentação, que para chegar ao ponto desejado era necessário a utilização de mais recursos que o previsto. Dessa forma durante a elaboração desta Estudo foram estipulados para determinados itens padrão de qualidade conforme preceitua o art.41 e seguintes da Lei 14.133/2021, bem como amplamente já debatido em instâncias superiores e sendo aceito, considerando que não há vantajosidade para a Administração Pública a aquisição de materiais de qualidade inferior à desejada com valores compatíveis com materiais de qualidade superior, nesse sentido temos o Acórdão 208/2019 – Plenário TCU: *“Permite-se menção a marca de referência no edital, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a **descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.**”*

12.2. Nos termos do art.42 da Lei 14.13/2021, quando a empresa vencedora não apresentar a marca de referência descrita no respectivo item, a mesma deverá por sua conta:

12.2.1. Apresentar declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

12.2.2. Apresentar certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada;

12.1. Sem prejuízo das exigências dos subitens 12.2.1 e 12.2.2 a Administração caso julgue necessário e não conclusivo as apresentações acima suscitadas, irá exigir do fornecedor vencedor na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato, nos termos do art.42, §2º da Lei 14.133/2021.

XIII– DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos comprovando atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.

TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO POR:

IRINEU FERREIRA BORGES JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Matricula: 618

ZAINY LELYMAR ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde
Matricula: 3521

FABIANE REZENDE MARTINS CARNEIRO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Matricula: 1541

LARA RODRIGUES TEIXEIRA DE ARAUJO
Secretaria Municipal de Assistência Social
Matricula: 3386

REGÃO PRESENCIAL Nº. XX/2026 - SRP

ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

Processo nº

PREGÃO PRESENCIAL Nº. XX/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu Representante Legal **Sr.(a)** _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF sob o nº _____, declara, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

local, data

(assinatura do representante da empresa)

(Nome, Cargo, RG e CPF

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2026 - SRP

ANEXO III

**MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Processo nº

PREGÃO PRESENCIAL Nº.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu Representante Legal Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF sob o nº _____, declara, que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV art. 63 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

local, data

(assinatura do representante da empresa)

(Nome, Cargo, RG e CPF

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2026 - SRP

ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Processo nº

PREGÃO PRESENCIAL Nº.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu Representante Legal **Sr.(a)** _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF sob o nº _____, declara, estendendo aos administradores e sócios com poderes de administração:

- i) que até a presente data não há nenhum fato impeditivo à sua habilitação;
- ii) que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e;
- iii) que se compromete a informar a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços.

local, data

(assinatura do representante da empresa)

(Nome, Cargo, RG e CPF

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2026 - SRP

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo nº

PREGÃO PRESENCIAL Nº.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu Representante Legal **Sr.(a)** _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, em atendimento ao Edital acima citado, para fins de usufruir dos benefícios concedidos às ME, EPP e assemelhadas, e nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/06, que está enquadrada como Microempresa – ME/ Empresa de Pequeno Porte – EPP), perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado).

Declara ainda que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/06.

Em anexo apresentamos documento emitido pelo órgão competente, que comprova inscrição como ME e/ou EPP. Por ser verdade, firmamos a presente. local, data

(assinatura do representante da empresa)

(Nome, Cargo, RG e CPF

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2026 - SRP

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Processo nº

PREGÃO PRESENCIAL Nº.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu Representante Legal **Sr.(a)** _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF sob o nº _____, para fins do disposto no edital de licitação acima identificada, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código penal brasileiro, que:

- I. A proposta apresentada para participar do certame licitatório acima identificado, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do mesmo certame licitatório, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- II. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do certame licitatório acima identificado não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do mesmo certame licitatório, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- III. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame licitatório acima identificado quanto a participar ou não da referida licitação;
- IV. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do certame licitatório acima identificado não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do mesmo certame licitatório antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- V. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do certame licitatório acima identificado não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Corumbáiba, antes da abertura oficial das propostas; e
- VI. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

local, data

(assinatura do representante da empresa)

(Nome, Cargo, RG e CPF

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2026 - SRP

ANEXO VII

MODELO DECLARAÇÃO CONJUNTA DE RESPONSABILIDADE

Processo nº

PREGÃO PRESENCIAL Nº.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu Representante Legal **Sr.(a)** _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF sob o nº _____, para fins do disposto no edital de licitação acima identificada, **DECLARA:**

- Possuir profissionais habilitados (pessoal técnico) equipamentos para a execução dos serviços, objeto do Edital nº 02/2026, relativamente a cada item para o qual apresento proposta;

local, data

(assinatura do representante da empresa)

(Nome, Cargo, RG e CPF

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2026 - SRP

ANEXO VIII

MODELO PROPOSTA

À PREFEITURA DE CORUMBAÍBA - GO

Atendendo ao Pregão Presencial acima citado, apresentamos nossa proposta, conforme abaixo alinhado:

Item 1 –					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Valor total					

✓ CONDIÇÕES GERAIS:

• VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

• VALIDADE DA PROPOSTA:

• CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

• PRAZO DE ENTREGA:

• NÚMERO DA CONTA BANCÁRIA:

✓ RESPONSÁVEL ASSINATURA CONTRATO:

• Será responsável pela assinatura da ata de Registro de Preços e/ou do termo de contrato a ser emitido:

• Nome:

• Função:

• N. CPF:

• N. RG/Órgão Emissor:

• Endereço:

✓ RESPONSÁVEL PELO CONTATO JUNTO À SECRETARIA:

• Nome:

• Função:

• E-mail (1):

• Fone comercial:

✓ DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS:

• Declaramos que os preços consignados nesta proposta, abrangem todas as despesas com equipamentos, transportes, leis sociais, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para fornecimento dos produtos citados no objeto.

• Declaramos estar cientes das condições do Edital e seus anexos, Minuta da Ata de Registro de Preços e Minuta de Contrato e do Termo de Referência e de estar em pleno e total acordo com todas as disposições neles contidas.

• Declaramos que temos condições de atender as disposições editalícias quanto aos quantitativos, ao prazo e condições de fornecimento dos produtos por nós apresentado em nossa proposta.

local, data

(assinatura do representante da empresa)

(Nome, Cargo, RG e CPF

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2026 - SRP

ANEXO IX

Modalidade: **Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preços**

Tipo: **MENOR PREÇO por Item.**

O MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com sede administrativa na Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO, Corumbáiba -GO. Considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2026, publicada em ____/____/2026**, processo administrativo nº **xx/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO FUNDAMENTO LEGAL:

A presente Ata de Registro de Preços decorre de **Adjudicação do Pregão Presencial - SRP nº ____/2026**, na forma da Lei nº 14.133 de 2021, e **Ato de Ratificação de seu respectivo gestor, conforme Termo de Homologação de ____/____/2026**, do qual passa a fazer parte integrante esta Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O Objeto desta Ata é o Registro de Preços para **futura e eventual** registro de preços para aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza e Copa e Cozinha, para serem utilizadas na manutenção diária das Secretarias e repartições pública municipal, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência., em conformidade com as especificações contidas no Edital do **Pregão Presencial - SRP nº ____/2026** e seus Anexos.

1.2. A Prefeitura, às secretárias e fundos Municipais não se obrigam a adquirir a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses.

2.2.1. A Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Presencial - SRP nº ____/2026**, terá seu extrato publicado Diário Oficial do Estado de Goiás, no Diário Oficial da União (quando necessário), e a sua íntegra, após assinada e homologada, será disponibilizada no site oficial do Município de Corumbáiba - GO durante sua vigência.

2.2.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso como conta no artigo 84 da Lei 14.133/21.

2.3. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá a Prefeitura Municipal convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO:

3.1. O fornecimento dos itens de forma parcelada e contínua, de acordo com as necessidades e conveniências da Contratante, atendendo as seguintes determinações:

3.2. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de XXX, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, exceto em relação aos gêneros perecíveis e alimentação preparada;

3.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e será substituído no prazo estabelecido no edital, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.4. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo estabelecido no edital, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO:

4.1. O pagamento das faturas às licitantes vencedoras será efetuado, mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal referente ao total de produtos fornecidos no período anterior, que será conferida e atestada por responsável da administração, juntamente com as Requisições de Fornecimento emitidas pelo Município de Corumbáiba, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

4.2. O prazo para a efetivação do pagamento referente aos fornecimentos solicitados e devidamente fornecidos será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento e não haja fator impeditivo provocado pela licitante fornecedora, referente a entrega efetiva de cada parcela de compra, através de transferência eletrônica, conforme legislação vigente, mediante apresentação de Notas Fiscais, devidamente atestadas pelo Setor competente, em letra bem legível, sem rasuras, juntamente com comprovantes de regularidade fiscal.

4.2.1. As notas fiscais deverão ser emitidas nominalmente para a administração conforme o montante dos quantitativos totais das respectivas requisições ou solicitações de entregas referente ao período anterior.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.4. Cada Nota Fiscal deverá vir acompanhada, para liquidação, de Certidão Negativa de Tributos e Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pela Secretaria de Finanças.

4.5. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão, nº da Ata de Registro de Preços e da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.6. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

DA QUANTIDADE SOLICITADA

Quantitativo total					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UN	QUANT.	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$

VALOR TOTAL DA ATA: R\$ _____.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 7.892/2013 e no Decreto Federal nº 8.250/2014.

5.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

5.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Compras e Suprimentos do Município de Corumbáiba - GO, por intermédio do órgão gerenciador da ata de registro de preços.

5.6. Se ocorrer do preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS:

6.1. Nos valores registrados quanto aos produtos a serem fornecidos, incluem-se todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS:

7.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afetas ao Orçamento vigente de cada solicitante, Prefeitura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8. 1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, são obrigações:

8.1.1. DA FORNECEDORA/BENEFICIÁRIA:

a) Fornecer com pontualidade os produtos solicitados conforme solicitação ou requisição de entrega emitida pela contratante devidamente assinada por servidor competente para tal;

- b) Comunicar imediatamente e por escrito à Prefeitura Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
 - c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente Ata;
 - d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
 - e) Comunicar à Prefeitura Municipal de Corumbáiba – GO, modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata;
- 8.1.2.** Todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedora.

8.2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/21;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- d) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- h) Manter atualizada a listagem de preços que contemple a relação dos itens, para os fins previstos nesta Ata;
- i) Emitir requisição dos produtos solicitados para entrega.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

9.1.1. Pela Prefeitura Municipal de Corumbáiba - GO independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

9.1.1.1. A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

9.1.1.2. A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Corumbáiba - GO;

9.1.1.3. A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;

9.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

9.1.1.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;

9.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente justificado pela Prefeitura Municipal de Corumbáiba - GO;

9.1.1.7. No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Fornecedora;

9.1.1.8. Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora.

9.2. Pela Detentora quando:

9.2.1. Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior.

9.3. A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ocorrer antes do pedido de fornecimento pela contratante.

9.4. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Corumbáiba - GO, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento nos arts. 115 da Lei 14.133/21, contudo, sempre atendida à conveniência administrativa.

9.5. Poderá ainda ser rescindidos por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Prefeitura Municipal de Corumbáiba - GO, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas no art. 138 da Lei nº 14.133/21, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

9.6. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

9.7. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

9.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE:

10.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante previa consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 44/2025 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

10.2. Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013 (**Alterações feitas pelo Decreto Federal nº 9.488 de 30 de agosto de 2018**), não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata.

10.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

11.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município de Corumbáiba poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Corumbáiba - GO, pelo prazo de até 3 (três) anos (art. 156, III, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica.

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior na esfera municipal, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

11.2. Pelo atraso injustificado na execução do ajuste, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

11.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

11.4. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

11.5. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

11.6. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

11.7. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

11.8. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

12.1. O órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços é a Prefeitura Municipal de Corumbáiba - GO.

12.2. São obrigações do Órgão Gerenciador e do Gerenciador da Ata de Registro de Preços, a prática de todos os atos de controle e administração da Ata de Registro de Preço, nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, as seguintes obrigações:

- a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata;
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata;
- f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os produtos a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes no Decreto Municipal nº 44/2025 e, subsidiariamente, na Lei nº 14.133/2021, respectivas atualizações e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo no **Edital do Pregão Presencial - SRP nº __/2026**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Corumbáiba - GO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Justos e acordados firmam o presente, em quatro vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Corumbáiba - GO, aos ____ dias do mês de _____ de 2026.
ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATADAS